

VÂNIA LUISA FREITAS DE SOUSA

**ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NA
ORIENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORIUNDOS DA EXCLUSÃO
SOCIAL, NA CIDADE DE SALVADOR, NO TRIÊNIO 2002 A 2004, UM ESTUDO DE
CASO: A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE.**

SALVADOR

2005

VÂNIA LUISA FREITAS DE SOUSA

**ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NA
ORIENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORIUNDOS DA EXCLUSÃO
SOCIAL, NA CIDADE DE SALVADOR, NO TRIÊNIO 2002 A 2004, UM ESTUDO DE
CASO: A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE.**

Monografia apresentada no curso de graduação da Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Arismar Sodré

SALVADOR

2005

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães – CRB5-960

S725 Sousa, Vânia Luisa Freitas de
Organizações governamentais e não governamentais na orientação de crianças e Adolescentes oriundos da exclusão social, na cidade de Salvador, no triênio 2002 a 2004 um estudo de caso: a Fundação Cidade Mãe / Vânia Luisa Freitas de Sousa..- Salvador: V.L.F Sousa, 2005.

53p il.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – UFBA

Professor Orientador: Prof^o. Arismar Sodré

1. Terceiro setor 2.Organizações não governamentais 3. Fundação Cidade Mãe

CDD 658.048

Vânia Luisa Freitas de Sousa

Organizações governamentais e não governamentais na orientação de crianças e adolescentes oriundos da exclusão social, na cidade de Salvador, no triênio 2002 a 2004 um estudo de caso: a Fundação Cidade Mãe.

Aprovada em Dezembro de 2005

Orientador: _____

Prof. Dr. Arismar Sodré
Faculdade de Economia da UFBA

Maria Clementina Santos de Matos

Tânia Maria Freitas Jesuíno dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me iluminou neste processo de conclusão de curso;

Aos meus familiares e amigos que me incentivaram e apoiaram;

Agradeço, também, ao professor Arismar, pois sem ele este trabalho monográfico não existiria.

RESUMO

Esta monografia tem como proposta analisar o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) pertencentes ao Terceiro Setor e governamentais no processo de inclusão social da população de baixa renda, apresentando a experiência da Fundação Cidade Mãe, entidade pertencente a administração indireta do município de Salvador, vinculada à Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, cujo objetivo é executar políticas supletivas de atendimento a criança e adolescentes. Com o aumento dos problemas sociais e da exclusão social das camadas mais pobres da população, tendo em vista a impossibilidade do Estado de suprir as necessidades sociais da população, optou-se pela descentralização, que representa um processo de mudança do aparato estatal que tem determinado novas articulações entre Estado e Sociedade. Desta forma, as organizações pertencentes ao Terceiro Setor assumem o compromisso com o objetivo de garantir à população seus direitos sociais.

Palavras chaves: Terceiro Setor, Estado do Bem-Estar Social, Neoliberalismo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre as organizações dos três setores da economia	30
Quadro 2 - Elementos definidores do Terceiro Setor	33
Quadro 3 - Atendimento nas Casas de Acolhimento e Projeto Cidadania Solidária.....	42
Quadro 4 - Quantidade de Matriculados por Unidade nos cursos profissionalizantes no período de 2002 a 2004	45
Quadro 5 - Quantidade de Matriculados por Unidade nos cursos lúdico pedagógico no período de 2002 a 2004.....	46
Quadro 6 - Quantidade de Jovens que Trabalham por Unidade da Fundação Cidade Mãe.....	47
Quadro 7 - Quantidade de Matriculados nas Unidades do Bairro da Paz, Cristo Vida, AABB e Órfãos de São Joaquim no período de 2002 à 2004	48
Quadro 8 - Resumo Conclusivo dos serviços prestados pela Fundação Cidade Mãe no Período de 2002 a 2004	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	O ESTADO DO BEM ESTAR: APOGEU E CRISE.....	09
2.1	O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL.....	09
2.2	A CRISE DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL	14
3	O NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQUENCIAS SOCIAIS	17
3.1	CONSEQÜÊNCIAS DO AVANÇO DA POLÍTICA NEOLIBERAL.....	20
3.2	A EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL	21
4	A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR – CONDICIONANTES HISTÓRICOS, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	24
4.1	A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR	24
4.2	CONDICIONANTES HISTÓRICOS PARA O SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR.....	26
4.3	CONTEXTUALIZANDO O TERCEIRO SETOR.....	30
4.4	PAPEL E FUNÇÃO DO TERCEIRO SETOR.....	34
4.5	DESAFIOS DO TERCEIROS SETOR.....	35
5	A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE E SUA FUNÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL	37
5.1	A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE: ORIGEM, HISTÓRIA E ESTRUTURA	38
5.2	A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE E SEU PAPEL NA PREVENÇÃO À VULNERABILIDADE: EMPRESAS EDUCATIVA E UNIDADES EM PARCERIA ...	43
6	CONCLUSÃO.....	50
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como proposta analisar o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) pertencentes ao Terceiro Setor e governamentais no processo de inclusão social da população de baixa renda, apresentando a experiência da Fundação Cidade Mãe, entidade pertencente a administração indireta do município de Salvador, vinculada à Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, cujo objetivo é executar políticas supletivas de atendimento a criança e adolescentes.

O interesse desse trabalho se dá pela sua importância, uma vez que diante das mudanças que vêm ocorrendo no aparato estatal, por ocasião do esgotamento do Estado do Bem Estar Social, para que haja ação social hoje, faz-se necessário a parceria entre os setores governamentais e não governamentais, a fim de combater a pobreza e a exclusão social.

Com iniciativas deste tipo, tanto o governo quanto a sociedade promovem a participação dos cidadãos e incentivam formas inovadoras de mobilização e parcerias, para construir uma sociedade solidária e menos desigual, estabelecendo um novo padrão de relação entre Estado e Sociedade.

De uma forma geral, esse trabalho monográfico tem como objetivo identificar se a descentralização das políticas sociais do Estado para as entidades do Terceiro Setor e a administração indireta supre as necessidades sociais dos cidadãos que antes era de responsabilidade do Estado.

Em termos específicos, a monografia buscou: caracterizar a transição do Bem-Estar Social para o Neoliberalismo, apontando seus impactos, especialmente no que diz respeito à exclusão social; conceituar, caracterizar e apontar os principais papéis e desafios do Terceiro Setor no atual cenário mundial; demonstrar o trabalho da Fundação Cidade Mãe na cidade de Salvador e fazer uma análise da sua função de promover a inclusão social da população de baixa renda através da qualificação profissional de jovens carentes.

Para atender os objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada percorreu as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, documental, observação “in loco”, visita à Fundação Cidade Mãe com

o objetivo de obter mais informações para o desenvolvimento da monografia e por fim o relatório final da monografia.

Na pesquisa bibliográfica foi realizado um estudo sistemático em livros técnicos, revistas, artigos, consultas à Internet e em outras fontes acessíveis ao público em geral, que tratam do tema estudado, objetivando compor o referencial da produção teórica. Através da pesquisa documental foram analisados os documentos disponibilizados junto Fundação Cidade Mãe, a exemplo dos relatórios anuais.

A monografia está estruturada em cinco partes, assim discriminadas:

A primeira parte relata o apogeu e a crise do Estado do Bem-Estar Social, apresentando suas características, as razões históricas para a sua implantação e as principais causas de sua crise. Este capítulo destaca o pensamento do economista John Maynard Keynes, precursor e idealizador do Estado Intervencionista ou do Bem-Estar Social.

A segunda parte apresenta as características do neoliberalismo e a sua ascensão a partir da década de 90, apontando suas conseqüências, dando destaque para a ênfase no Estado Mínimo, onde as questões sociais deixam de ser responsabilidade prioritária do Estado e as principais conseqüências da política neoliberal, em especial a exclusão social.

A terceira parte apresenta os principais pontos referenciais sobre o Terceiro Setor. Nele foram apresentados: o conceito, sobre a ótica de diversos autores; os condicionantes que levaram ao surgimento dessas entidades; as características; papel; função e principais desafios do Terceiro Setor, enfatizando o seu papel no processo de descentralização e a sua parceria com o Primeiro Setor.

Na quarta parte é demonstrada o papel da Fundação Cidade Mãe no processo de inclusão social de jovens carentes residentes em bairros de baixa renda da cidade de Salvador. Nesta parte são apresentadas o histórico da fundação, seu papel social e a sua importância social.

No trabalho ainda consta das considerações finais, das referências e de quadros inseridos no corpo do trabalho

2 O ESTADO DO BEM ESTAR: APOGEU E CRISE

A redefinição do papel do Estado não é apenas uma questão brasileira, é mundial. Sua reforma implica em substituir estruturas existentes por outras mais ágeis, eficientes e compatíveis para enfrentar os desafios dos novos tempos.

Em quase todos os países, o Estado entrou em crise. Faliu-se o Estado absoluto dos regimes comunistas. Entrou em crise o Estado acidentalmente intervencionista baseado nas idéias keynesianas. Em muitos casos o Estado endividou-se e deixou-se contagiar pela corrupção.

O Estado perdeu sua capacidade de investir e a condição de ser o principal indutor do desenvolvimento. Daí houve a necessidade de reformar o Estado, redefinindo suas funções e recuperando sua eficiência.

A partir do final dos anos 80, o mundo assiste ao surgimento de uma nova economia , cujas características principais é a mudança e a incerteza, circunstância em que, à medida que as organizações desenvolvem habilidade para adquirir, interpretar e disponibilizar informação, incrementam sua competitividade.

A descentralização que vem ocorrendo no aparato estatal brasileiro transfere para as organizações sem fins lucrativos, pertencentes ao Terceiro Setor, competências para a gestão das políticas sociais de responsabilidade do Estado.

Essas organizações, como será tratado mais adiante, em caráter complementar realizam, em parceria com o Estado, a prestação de serviços sociais, constituindo uma alternativa para fazer frente aos problemas sociais que afetam a população.

Todavia, para compreender tal fenômeno, faz-se necessário compreender a transição do Estado do Bem-Estar Social para o neoliberalismo e as conseqüências sociais dessa mudança.

2.1 O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

O capitalismo, de acordo com Brum (2003, p.30) “é o sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho”, que tem como principais características: (a) é fundamentado na doutrina do liberalismo; (b) tem total liberdade da iniciativa privada no

processo produtivo; (c) transformação da força de trabalho em mercadoria; (d) produção generalizada de mercadoria e a concorrência entre os capitalistas; (e) tem o lucro como objetivo principal.

Sua trajetória confunde-se com a do liberalismo, porém a sua doutrina é que é baseada no liberalismo. É marcado pela implantação da total liberdade da iniciativa privada no processo produtivo, cabendo ao Estado apenas a tarefa de manter a ordem interna e a segurança externa para garantir a livre ação dos capitalistas.

A implantação do capitalismo, como observa Brum (2001), deu origem a uma era de profundas contradições e injustiças, marcada pela brutal exploração dos operários e da mão-de-obra infantil, sem oferecer quaisquer direitos.

É importante lembrar que no sistema capitalista, o mercado tende a ocupar-se com os bens que tem valor de troca. Convém ressaltar que o sistema de mercados é a característica principal do sistema capitalista. O domínio econômico tem domínio sobre os aspectos da vida em sociedade, a exemplo dos valores morais, da ética, ou seja, dos interesses coletivos.

A característica acima citada, segundo Brum (2000) deu origem à exclusão social existente no mundo capitalista, representada através da concentração; da má distribuição da riqueza; discriminações raciais e dualismo entre pobres e ricos ou, como é mais comum nos dias atuais, entre as nações e/ou continentes.

O agravamento das tensões sociais e o surgimento de um sistema sócio-econômico-político alternativo – o socialismo / comunismo – forçaram o capitalismo a modificar-se e aperfeiçoar-se, isto é, obrigaram o capitalismo a fazer concessões sociais para evitar revoltas populares.

Por força das circunstâncias e das pressões, o Estado foi deixando de ser mero espectador encarregado de manter a ordem para o livre jogo da exploração do capital sobre os trabalhadores.

Passando então a intervir na economia, quer regulando as relações entre capitalistas e trabalhadores, quer orientando a economia através de mecanismos de estímulo ou desestímulo, com vistas à ativação ou à desativação de setores ou ramos, e atuando diretamente como empresário, através de empresas estatais, particularmente em setores

básicos da economia e em países de desenvolvimento tardio ou, então, necessitados de esforço extraordinário para acelerar a fase de reconstrução após o desgaste provocado pelas guerras, surgindo aí o Estado do Bem Estar Social.

Sandroni (1994, p.127) define o Estado do Bem-Estar Social como:

[...] o sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais, cujo objetivo é proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais.

Desta forma, o Estado de Bem-estar social é considerado uma fase do capitalismo caracterizado pela relativa intervenção do Estado como indutor da economia e impulsionador do desenvolvimento: busca o pleno emprego; expansão dos serviços públicos; implantação da infra-estrutura e atuação dos setores básicos; controle da luta de classe; mediação das relações entre capital e trabalho; minimização das crises; distribuição da riqueza.

O Estado do bem-estar social ainda desenvolveu políticas destinadas a reduzir as desigualdades sociais, como as de transportes urbanos, habitação, saneamento, urbanização, educação e saúde, provendo a população de serviços de saúde, moradia, educação.

Algumas idéias econômicas do Estado de Bem-Estar Social foram propostas pelo economista Jonh Maynard Keynes (1883-1946). Keynes foi, certamente, o economista de maior notoriedade na primeira metade do século XX. Seu destino foi influenciar de forma alargada a economia da sua nação, a Grã-Bretanha, e também dos Estados Unidos.

Em suas obras, Keynes, sempre demonstrou preocupações relacionadas à políticas conjunturais e questões de ordem política. De forma alguma estava interessado em recriar a teoria econômica através da análise do valor, estava, sim, interessado em descobrir e estudar por que motivo as teses liberais levavam a políticas econômicas sem a devida consistência.

E lançou sua primeira grande obra, “*The General Theory of Employment, Interest and Money*”⁶– A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda – que foi publicado em 1936,

contestando algumas regras que ofereciam suporte ao liberalismo, onde procurou desvendar as causas fundamentais de desajuste econômico sobre o qual repousavam a maioria das economias do ocidente. O fato é que, até ser publicada a Teoria Geral, pouco se investigava sobre os fatores que levavam a um nível de equilíbrio geral.

Nesse período, acreditava-se que o livre jogo das forças de mercado indicaria o fim das grandes crises da economia, que colocavam em prática a questão do desemprego massivo. E justamente com a crise de 1930, verifica-se a inoperância de tais pensamentos, visto que o desemprego se alastrava e as forças de mercado, agindo livremente, não reconduziram as economias afetadas.

Keynes ataca a Teoria Liberal Clássica, advogando a necessidade de uma intervenção ativa do Estado na Economia. A importância do Estado na Teoria Keynesiana residiria na sua capacidade de equilibrar a poupança e o investimento através dos gastos públicos.

Dessa forma, a Teoria Keynesiana deu bases para a criação do Estado do Bem-Estar Social ou "Welfare State" que significou um abandono da lógica de mercado, privilegiando as idéias de justiça e bem-estar social, propondo que o Estado assumisse um relevante papel na economia. Sua função era regular o nível de emprego até o pleno emprego, por meio do aumento da demanda provocado por sua vez pelos gastos públicos governamentais.

Neste mesmo momento, A Teoria Geral, publicada por Keynes, ressalta as contradições entre suas idéias e as da escola clássica, que até o devido momento conduziam a linha de raciocínio de quase todos os dirigentes de nações ocidentais. Com esta obra, ainda promoveu verdadeira revolução nos domínios da análise econômica, contrariando conclusões de antigas doutrinas que por mais de um século guiavam o pensamento de tais dirigentes.

Para os seguidores da escola clássica, o equilíbrio de uma economia de mercado estava no fato dos trabalhadores possuírem remuneração de acordo com sua produtividade. Nesse modelo econômico descartava-se a idéia de superprodução, uma vez que a venda estava automaticamente relacionada a uma compra, seguindo o raciocínio de Say, onde a produção gerava mercados para seus produtos. E dessa forma, para os clássicos, a crise que atingira os países capitalistas, já em 1929, não passava de desajustes corriqueiros e temporários, que poderiam ser perfeitamente corrigidos.

Keynes procurou demonstrar que a cada momento o nível de emprego nas economias capitalistas dependia da demanda efetiva, que dizer, do volume de renda utilizada em investimentos e consumo.

Discordando da Lei de Say, afirma que numa economia de cunho monetário é possível, sim, não se gastar de imediato o dinheiro que se recebe. E ao analisar a variação de emprego e produção, concluiu que o fato responsável pela alteração do volume de emprego é a procura de mão-de-obra, discordando dos clássicos, que apostavam ser na oferta. Para Keynes, uma demanda insuficiente de bens e serviços, geraria o desemprego, que só teria solução por meio de investimentos, influenciando a demanda e assegurando o pleno emprego.

Keynes coloca que, um sistema estabilizado e o equilíbrio geral são função do nível de renda nacional. O emprego terá um nível alto, caso a renda nacional se comporte de maneira equivalente.

Sendo assim, o Governo poderia controlar o sistema. O Estado poderia corrigir e atenuar eventuais descontroles, pois, se o montante da renda nacional é dado pelos montantes do consumo e investimento feitos por empresas privadas e Governo, o equilíbrio poderia ser facilitado e mantido se o Governo resolvesse adotar uma política fiscal compensatória, para que pudesse suprir as eventuais deficiências do investimento e consumo e elevar, em tempos recessivos, o nível de emprego e renda nacional.

Para superar a crise do capitalismo na década de 1930, Keynes identificou que a causa do desemprego era causada pela insuficiência da demanda. E o consumo é a força que impulsiona a produção. Por isso, era necessário aumentar e administrar a demanda para superar a crise.

Keynes defende a maior presença (intervenção) do Estado na economia e a necessidade de um compromisso de classes (empresários e trabalhadores) para viabilizar um programa com duas dimensões básicas: o pleno emprego, ampliando a ação do Estado, mesmo que financiado com déficits públicos e aumento de impostos; e maior igualdade social, através da ação do Estado como regulador do mercado e provedor dos serviços sociais, com vistas à construção do “*estado de bem-estar social*”. A intervenção estatal visa a aumentar a demanda para garantir níveis elevados de emprego, que por sua vez sustentarão a demanda.

Nota-se que com o Estado do Bem-Estar Social ocorreu a ampliação e a diversificação da intervenção social e econômica do Estado, inspirada nos princípios da teoria keynesiana. O Estado nacional de caráter keynesiano passou a interferir mais diretamente na economia, por meio, por exemplo, dos gastos públicos, dos planos de desenvolvimento regional, da criação de um número significativo de empregos no setor público e do atendimento às garantias reivindicadas pelos trabalhadores, a exemplo da garantia de emprego.

Todavia, por volta da década de 70, evidencia-se a crise do keynesianismo influenciada, pelo esgotamento da capacidade financeira do Estado e pela diminuição do seu ritmo de crescimento econômico. A solução seria a correção de rumo em direção a um Estado mínimo nos gastos, o chamado Estado Neoliberal.

2.2 A CRISE DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

A partir dos anos de 1970 ocorreu um avanço das políticas neoliberais, visto que os custos do Estado de Bem-Estar Social gerou uma crise fiscal dos Estados Nacionais, implicando no rompimento das políticas macroeconômicas com o pleno emprego e com o projeto de homogeneização social estabelecidos no período de 1930-1970, período do Estado de Bem-Estar Social.

Essa reforma do Estado observada a partir da década de 70, deve-se, sobretudo, à impossibilidade de o Estado prover a sociedade de todo bem estar necessário, por limitações de orçamento.

Em quase todos os países, o Estado, como observa Brum (2000, p.458), entrou em crise, “revelando-se incapaz de continuar a desempenhar as funções que lhe foram atribuídas desde a Primeira Grande Mundial e, sobretudo, a partir da década de 1930”.

Assim Dupas (1999, p.255) explica a crise do Estado moderno:

A crise do Estado moderno, fruto do reconhecimento geral quanto à inviabilidade das antigas aspirações de *welfare state*, está centrada na crise fiscal e na ineficiência operacional das estruturas públicas. As dificuldades de manter o pleno emprego e o crescimento auto-sustentado e a despolitização causada pelo fim da guerra fria e da disputa nuclear espacial

minaram os antigos padrões de atuação do Estado, exigindo um redirecionamento das políticas governamentais.

Dentre os principais efeitos da crise do Estado de Bem-Estar Social, Pochmann (2002:15) cita: (a) aprofundamento da crise econômica mundial; (b) fragilização do Sistema Monetário Internacional (fim da paridade ouro-dólar, instabilidade nas taxas de juros, perda da capacidade de dinamização da economia); (c) busca de maior flexibilidade no mercado e nas relações de trabalho; e (d) baixo crescimento do produto nacional, gerando desemprego e o surgimento de vários tipos precários de ocupação, motivados, principalmente pelo aumento da pobreza e da exclusão social.

Assim, como efeito da crise do Estado moderno, o processo de globalização assumiu uma nova tendência, principalmente no que se refere aos aspectos políticos e econômicos.

Castells (1999, p.101), por sua vez, atribui a crise do sistema capitalista, à [...]:

[...] inabilidade do setor público continuar a expansão de seus mercados e, dessa forma, a geração de emprego sem aumentar os impostos sobre o capital nem alimentar a inflação, mediante a oferta adicional de dinheiro e o endividamento público.

Nas economias emergentes, como observa Dupas (1999, p.256), o Estado adquiriu novo papel, qual seja: “garantir a estabilidade e a competitividade sistêmica do país, acompanhadas de adequada abertura econômica”.

Desta forma, o Estado do bem-estar, inaugurado na década de 30, em meados do século XX, foi substituído por um poder público preocupado em garantir a atividade econômica e o desenvolvimento, mas sem condições de oferecer à sociedade amplos serviços essenciais de saúde, educação, previdência, entre outros. Como consequência, a condição social de parcela significativa da sociedade foi agravada.

[...] O Estado acentuadamente intervencionista, nos países capitalistas que se inspiravam nas idéias keynesianas e também nos que adotam a social democracia entrou em crise. Em toda parte, o Estado tornou-se pesado, moroso e caro demais para o contribuinte. Emaranhou-se na burocracia e

perdeu eficiência. E, em muitos casos, endividou-se demais e também se deixou contagiar pelo vírus da corrupção. Com isso, o Estado tornou-se um entrave ao desenvolvimento. Perdeu a capacidade de investir e a condição de ser o principal indutor do desenvolvimento. Daí a necessidade de reforma do Estado, redefinindo-lhe as funções e recuperando-lhe a eficiência, especialmente numa fase de rápidas e profundas mudanças. (BRUM, 2000, p.458).

Entre as razões da redução do papel do Estado, estão a preocupação dos governos com a performance da economia alinhado a um esforço de abertura econômica e de incremento do comércio internacional, também denominado de globalização, o que implicou na intensificação da concorrência entre as nações e empresas.

É importante salientar que o processo de abertura econômica, apesar de ter trazido benefícios para a sociedade, entre os quais inclui o aumento da eficiência econômica, trouxe consequências negativas, entre as quais destaca-se o aumento no nível de desemprego, piorando as condições sociais e criando problemas para a geração e distribuição de renda para a sociedade, exigindo medidas sociais e políticas específicas.

Para compreender essas consequências, é importante conhecer o neoliberalismo.

3 O NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQUENCIAS SOCIAIS

O neoliberalismo a etapa atual do liberalismo e capitalismo. Prioriza as questões econômico-financeiras, de comércio mundial, de segurança internacional, das soberanias e dos blocos econômicos e regionais. Decorre da capacidade do capitalismo de se adaptar às mudanças conjunturais e estruturais que se operam na sociedade, e também de influenciar a sua direção. O Neoliberalismo surgiu como uma reação ao Estado intervencionista e do bem-estar social (Welfare State).

Seu primeiro pensador foi o austríaco Friedrich Hayek, autor da obra, considerada a origem do Neoliberalismo, O Caminho da Servidão, publicada em 1944. Nesse livro, Hayek vai de encontro ao planejamento e ao controle da economia pelo Estado e mostra que o socialismo marxista e o nazismo são iguais, produzindo resultados semelhantes.

Para Hayek e seus seguidores, segundo Souza (1999), o Estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, eles acreditavam que a desigualdade era um valor positivo, imprescindível em si.

Todavia, o neoliberalismo só teve um grande impulso, trinta anos depois, no final da década de 1970 e começo dos anos 80, inaugurada por Margaret Thatcher, então primeira ministra na Inglaterra e Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos. A partir de então, o neoliberalismo foi espalhando-se por toda Europa Ocidental e América do Norte e ganhando dimensão de grandeza cada vez maior como tendência ideológica, conforme salienta Souza (1999).

Sandroni (2001) define neoliberalismo como “uma doutrina político-econômica que apresenta uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno”.

Ou seja, ele pode ser definido como um programa político-ideológico-econômico voltado a viabilizar a superação da atual crise do capitalismo no contexto da nova etapa do processo de globalização.

Já Chomsky (2002, p.7) o define como “um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais”. E complementa afirmando que o neoliberalismo “é o paradigma econômico e político que define o nosso tempo”.

Suas principais características, segundo Gremaud (1999, p. 221), são:

- a) critica o Estado do Bem-Estar Social, as práticas social-democratas, a economia keynesiana, a intervenção do Estado na economia, a mediação do Estado e sua atuação distributiva;
- b) prega a redução do tamanho do Estado e sua retirada da atividade econômica direta, a desestatização e privatização de empresas estatais, a abertura e desregulamentação da economia;
- c) apregoa as virtudes do livre mercado através da desregulamentação da economia, da eliminação ou redução das tarifas alfandegárias e da retirada dos entraves burocráticos, para estabelecer o livre comércio de bens e serviços entre países e blocos econômicos;
- d) prega a saída do Estado da função mediadora entre capital e trabalho, exercida nas últimas cinco décadas, deixando que as partes, já amadurecidas e organizadas, discutam diretamente suas divergências e seus conflitos se cheguem ao consenso através da negociação;
- e) reclama dos altos custos sociais e reivindica a sua redução, a fim de baixar custos e favorecer a competitividade das empresas num mercado cada vez mais aberto à concorrência;
- f) prioriza ao fortalecimento da economia, como base de sustentação de uma posterior e progressiva melhoria na distribuição de renda e das condições de vida da população;
- g) preconiza criar a igualdade de oportunidades – educação, saúde, trabalho, transporte etc. – como pontos de partida, sendo que o processo e o ponto de chegada dependem do talento, do esforço e do mérito de cada um.

A partir das características acima citadas, é possível observar que, assim como a escola liberal, os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir de livres decisões individuais e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços.

Contudo, eles distinguem-se dos primeiros por defender o disciplinamento da economia de mercado com o objetivo de garantir-lhe a sobrevivência. Ou seja, os neoliberais não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema. (SANDRONI, 2001).

Esse disciplinamento da ordem econômica, segundo Sandroni (2001), seria feito pelo Estado para combater os excessos da livre concorrência e pela criação dos mercados concorrenciais, a exemplo do Mercado Comum Europeu.

Embora sua teoria seja baseada no ideal liberal, o neoliberalismo não tem a rigidez do passado. Apresenta-se mais flexível. Admite moderação na intervenção do Estado nos setores econômico e social e a interferência das organizações políticas visando harmonizar a liberdade e o planejamento.

Aceita também a preocupação de combinar liberdade econômica com resultados sociais. Postula a redução de impostos e a delegação de serviços públicos ao setor privado. Quer a existência de mercados competitivos e busca adequar a liberdade de mercado às exigências da sociedade de consumo.

Nota-se que a crítica neoliberal ao Estado do Bem-Estar questiona o tipo de intervenção pública na economia previsto no modelo keynesiano e defende a desregulamentação da economia para torná-la mais competitiva, uma vez exposta às leis do mercado.

Assim, a descentralização surge como exigência de redução do tamanho do Estado, para que ganhe em agilidade e em eficiência. O Estado deve reduzir-se a funções mínimas, com competências públicas sendo transferidas para o setor privado, sob a lógica da eficiência e do lucro.

A mesma lógica deve informar a reestruturação do Estado, visando a restaurar responsabilidades individuais; excluindo do âmbito do Estado o sistema de políticas sociais, responsáveis, dentre outros males, pelo déficit público e pelo desestímulo ao trabalho.

Para os neoliberais, portanto, descentralização significa redução do papel do Estado para chegar ao Estado Mínimo, deslocando a força motriz da mudança para o mercado. Pretendem assim reduzir o gasto público, acreditando que da máxima eficiência do mercado possam advir melhores condições de vida para a população. Ao Estado ainda caberia um papel na gestão das políticas sociais compensatórias, o que seria um meio para atenuar as desigualdades mais aparentes.

3.1 CONSEQÜÊNCIAS DO AVANÇO DA POLÍTICA NEOLIBERAL

Durante a década de 80, período em que se expandiu, o neoliberalismo alcançou hegemonia no mundo capitalista avançado, conseguindo combater a grande inflação dos anos 70, legado do Estado do Bem-estar social e aumentando consideravelmente o nível dos lucros das empresas.

Em contrapartida, as políticas de ajuste neoliberal trouxe conseqüências sociais graves em quase todos aos países, à medida que ampliou as diferenças sociais entre pobres e ricos, aumentou as desigualdades nas condições de renda e incrementou substancialmente a pobreza, o que demonstra que o Neoliberalismo não é o melhor caminho para se chegar a um Estado mais democrático e mais justo.

Entre as principais conseqüências das reformas econômicas e políticas, além da abertura da economia e a integração econômicas em uma economia global e informacional, Dupas (1999) aponta a exclusão social.

Nota-se que inúmeras nações do mundo, sobretudo aquelas que estão na periferia do capitalismo ou no chamado ‘Terceiro Mundo’, tem mostrado baixos níveis de crescimento do seu Produto Interno Bruto *per capita* e uma piora nos níveis de distribuição social.

A exclusão social, hoje, é visível em todo o mundo e tem se agravado, especialmente, pelas sucessivas crises econômicas mundiais; o aumento do desemprego e o crescimento de empregos precários e da economia informal.

É importante destacar que os efeitos da exclusão social são agravados pela política neoliberal, em razão da ausência de iniciativas e políticas públicas que tenham por objetivo amenizar os seus efeitos, ou seja, a participação cada vez mais reduzida do Estado Nacional na economia.

3.2 A EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

De acordo com Pochmann (2002), a exclusão social não é um fenômeno recente. As sociedades, desde os seus primórdios, convive com menor ou maior grau, de exclusão social, fazendo com esta não represente uma novidade, sendo constantemente estudada e pesquisada, assim como alvo de debates acadêmicos e políticos.

Na história brasileira, em especial, a exclusão social também sempre esteve presente. Contudo, antes, ela estava vinculada à situação de pobreza e marginalidade ao longo da existência da sociedade brasileira. Hoje, entretanto, o paradigma da exclusão social, não só no Brasil, mas em todas as nações capitalistas, ela está vinculadas às transformações advindas do mundo do trabalho.

Os excluídos, segundo Pochmann (2002) são parte integrante da sociedade em cada país e tendem a se encontrar desprovidos de condições materiais que os possibilitem de usufruir de benefícios socioeconômicos (emprego e rendimento) ou de condicionantes institucionais (direito e deveres).

A discussão sobre exclusão social, de acordo com Gary Rogers (apud DUPAS (1999), apareceu na Europa com o crescimento da pobreza urbana, e sua orientação varia de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das sociedades.

Silver (apud DUPAS, 1999), por sua vez, tentando entender a problemática da integração social na Europa e nos Estados Unidos, seleciona três paradigmas, ligando cada um deles a uma filosofia política.

- a) O paradigma da “solidariedade” estaria associado ao republicanismo, sendo a exclusão vista como quebra de vínculo entre o indivíduo e a sociedade. Nesse paradigma cabe ao Estado a obrigação de ajudar na inclusão dos indivíduos;
- b) O paradigma da “especialização”, associado ao liberalismo, a exclusão se refere à discriminação. Nesse caso, o Estado deve garantir o trânsito do excluído nas categorias sociais;

c) O paradigma do “monopólio”, ligado a social-democracia a exclusão seria explicada pela formação de monopólios de grupos sociais.

De acordo com Rogers (apud DUPAS, 1999), a exclusão, em sua essência, é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge as sociedades de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade.

Os principais aspectos em que a exclusão se apresenta dizem respeito à falta de acesso ao emprego, a bens e serviços, e também à falta de segurança, justiça e cidadania. Assim, observa-se que a exclusão se manifesta no mercado de trabalho (desemprego de longa duração), no acesso à moradia e aos serviços comunitários, a bens e serviços públicos, à terra, aos direitos etc.

Por está presente ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista, várias políticas econômicas e sociais favoráveis ao bem-estar da sociedade foram formuladas, sobretudo a partir da década de 1930, tendo por objetivo amenizar os efeitos sociais decorrentes do capitalismo.

Estas políticas compensatórias, como já destacado no capítulo anterior, ficaram conhecida como políticas keynesianas e, em conjunto com a redefinição do papel do Estado - que tornou-se intervencionista em substituição ao Estado liberal -, conseguiu promover o bem-estar de grande parte da população através da política de pleno emprego e segurança social.

No Estado no Bem-Estar Social, como observa Pochmann (2002), houve sinais de redução nos níveis de pobreza e de melhora na distribuição do perfil de distribuição de renda, como resultado direto de um padrão sistêmico de integração social. Ou seja, este padrão promoveu um conjunto de condições favoráveis ao mundo do trabalho, por meio da presença de um quase pleno emprego, do desenvolvimento do Estado de bem-estar social e da forte atuação dos sindicatos e partidos políticos comprometidos com os trabalhadores.

Ainda segundo Pochmann (1992), os efeitos sociais positivos acima citados caracterizavam a situação de inclusão social, com mecanismos institucionalizados e adotados para a maioria da população, a exemplo do emprego regular; rendimento adequado à aquisição de, pelo menos, bens e serviços básicos, entre outros.

Pochmann (2002) ainda ressalta que no período de 1930 até final da década de 1970, os excluídos era a minoria no Brasil e essa situação era considerada atípica ou anormal, que poderia ser compensada através das políticas sociais.

Todavia, a partir da década de 1970, as profundas modificações relacionadas ao processo de globalização mundial na economia começaram a ser sentidas. Além dos impactos macroeconômicos, Dupas (1999) afirma que elas invadiram também a esfera mundial, à medida que provocou transformações radicais nos estilos de vida de grande parte dos cidadãos no mundo todo, influenciando seus comportamentos, trabalhos, rotinas de trabalhos, e suas relações com os agentes econômicos e produtores de bens e serviços. Essas alterações nos valores e padrões culturais há muito tempo sedimentados, segundo Dupas (1999), deu origem às preocupações com a insegurança e com a exclusão social.

Neste cenário, a ação social passou a buscar um novo referencial, compartilhado por setores governamentais e não governamentais, para combater a pobreza e a exclusão social. Essa nova realidade que está sendo construída estabelece uma nova relação entre Estado e Sociedade, entre público e privado.

Se durante no Estado do Bem Estar social, o Estado era o promotor exclusivo das políticas sociais, esta realidade começou a mudar. Novas iniciativas tanto do governo como da sociedade promovem a participação dos cidadãos e incentivam formas inovadoras de mobilização e parcerias, para construir uma sociedade solidária através de processos de desenvolvimento social sustentável, a descentralização administrativa. Com isso estabelece-se um novo padrão de relação entre Estado e Sociedade.

O Terceiro Setor, dessa forma, insere-se exatamente nesse cenário. Como organizações privadas e autônomas voltadas para o interesse coletivo, as organizações do Terceiro Setor compartilham com o Estado a gestão das ações sociais que se referem à prestação de serviços. O Estado, independente do nível de governo, transferindo seu poder sobre as políticas sociais, cria parcerias e alianças com as organizações do denominado Terceiro Setor para realizar suas competências, fazendo com que ele assuma papel importante na política neoliberal.

4 A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR – CONDICIONANTES HISTÓRICOS, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

As organizações da sociedade civil, iniciada ainda no período da colonização, sempre prestaram um serviço público relevante de forma pontual e modesta perante as atividades das áreas governamentais. Entretanto, com a falência da atuação governamental na prestação de serviços públicos, a sociedade civil, desde o início dos anos 80 do século passado, passou a organizar-se a fim de atender às demandas insatisfeitas na área social.

O surgimento de um número considerável de organizações estruturadas por iniciativa de cidadãos fora do aparato formal do Estado, sem fins distributivos de lucros, autogovernadas e envolvendo indivíduos motivados a servir ao seu semelhante muitas vezes de forma voluntária, inaugura, na área social, um novo setor de atividades humanas, denominado de terceiro setor.

Desta forma, o terceiro setor surgiu no âmbito dos países desenvolvidos e em grande parte dos emergentes como forma de realizar com eficácia as tarefas sociais antes realizadas pelo Estado.

4.1 A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR

A emergência dos movimentos de ajuda mútua em escala mundial demonstra que as pessoas estão preocupadas umas com as outras: aqueles que têm mais estão ajudando aqueles que têm menos. Ele é consequência da busca de um papel mais amplo dos agentes econômicos e sociais – indivíduos, organizações e instituições.

O estudo do Terceiro Setor é uma das áreas mais nova e multidisciplinar das ciências, uma vez que reúne pesquisadores das mais diversas áreas, a exemplo da economia, sociologia, ciência política, serviço social, saúde pública e administração, constituindo-se numa nova área de conhecimento, não só no Brasil, como em todo o mundo.

O termo tem origem na expressão inglesa “*third sector*”, contudo é necessário fazer algumas distinções do seu objeto de trabalho no Estados Unidos e no Brasil, neste último, ele é de vital importância e alvo de profundas discussões.

Assim, Camargo (2002, p.19) distingue a importância e diferença do Terceiro Setor nos Estados Unidos e no Brasil:

Nos Estados Unidos, onde sua definição é mais madura, faz-se uma associação com organizações não-governamentais e organizações sem fins lucrativos, evidenciando o ato de vontade dos dirigentes na consecução dos objetivos da entidade, reinvestindo a totalidade do lucro do exercício.

No Brasil, é mais abrangente a expressão 'sociedade civil', um plano intermediário de ações que atualmente se distingue tanto do Estado como do mercado. Concebido no século XIX, esse conceito foi revitalizado no período ditatorial, no qual a sociedade sofreu forte demanda por um espaço fora do âmbito do governo para atuar nas causas coletivas, esquivando-se também da lógica do mercado para formar um Terceiro Setor.

O cenário brasileiro descrito no período ditatorial sinaliza a transferência de funções sociais mal administradas pelo aparato estatal para as organizações emanadas da sociedade civil, aptas a integrar voluntarismo social com dinâmica gerencial e agilidade institucional com espírito empreendedor, cobrindo vazios deixados por um setor público caracterizado pela burocracia, como era o governo brasileiro na época da ditadura.

Desta forma, pode-se observar que o terceiro setor possui vínculos com a economia capitalista, tendo seu avanço social explicado pela crise de confiança no Estado (Primeiro Setor) em suprir necessidades básicas da população.

Camargo (2002, p.15) considera o terceiro setor como:

(...) um meio termo do ambiente político-econômico, intermediando as relações entre o Estado e o mercado no que tange às questões da melhora social, tendo como principal mérito agregar modelos organizacionais eficientes aos seus objetivos voltados à filantropia.

A emergência deste novo setor na sociedade é uma consequência da busca de um papel mais amplo e efetivo dos agentes econômicos e sociais – indivíduos, organizações e instituições. Ele representa uma mudança de orientação - no Brasil e no mundo – no que diz respeito ao papel do Estado e do mercado no final da década de 90 e, em particular, à forma de participação do cidadão na esfera pública, levando à aceitação crescente de ampliação do conceito de público como não exclusivamente sinônimo de estatal.

4.2 CONDICIONANTES HISTÓRICOS PARA O SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR

Segundo Cardoso (2000), o Terceiro Setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social, impulsionado por fatores conjunturais e históricos.

Nos últimos quarenta anos, o mundo tem passado por transformações intensas. Acontecimentos como a integração econômica e dos mercados; o desenvolvimento tecnológico acelerado; o fim do sistema de produção fordista; a mudança das relações trabalhistas; os aumentos no sistema das taxas de desemprego e da exclusão sociais vêm constituindo-se num grande problema para as nações, as organizações e a sociedade em geral.

Essas mudanças caracterizam o fenômeno denominado de “globalização”, que implica na integração dos mercados e da economia e compreende as transformações pelas quais os Estados, a sociedade civil e a relação entre eles estão passando, configurando um novo cenário mundial.

Bauman (1999, p.67) assim define a globalização e as conseqüências que ela vem provocando nas sociedades mundiais:

O significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a nova desordem mundial.

O processo de globalização; convém ressaltar, não se limita às transformações ocorridas nas relações comerciais entre os países, nos sistemas de produção ou nos fluxos de capitais. Compreendem, também, as transformações pelas quais estão passando o Estado, a sociedade civil e a relação entre eles, assim como, ao desenvolvimento tecnológico e cultural.

Durante quarenta anos, o predomínio da razão técnica, a ampliação da intervenção e do raio de ação do Estado e a organização da produção segundo o padrão fordista foram capazes de garantir o crescimento econômico e a reprodução social na maioria dos países, contudo, no

final da década de 70, este modelo não era mais capaz de atender às novas mudanças apresentadas pelo capital e pela sociedade.

Dentre os principais fatores que conduziram o Estado a uma crise de legitimidade e um processo de mudança que visa atender às novas exigências do capital, Przeorsky (apud QUADROS, 1998, p.16) cita:

- a) a financeirização e globalização da economia;
- b) as mudanças nas bases produtivas e a reconfiguração da divisão do trabalho; a crescente preocupação com a gestão ecológica; e
- c) o poder de reivindicação conquistado por alguns segmentos da sociedade civil organizada.

Convém salientar que no fim dos anos 60 e início dos anos 70, a economia e a sociedade já davam sinais de esgotamento do modelo social-democrata de gestão, também conhecido como terceira via, modelo que busca conciliar a garantia da liberdade com a realização de crescente prosperidade econômica e a concretização dos ideais de justiça social. O Estado, nessa época, vivia numa crise de legitimidade, expressa na emergência de novos atores políticos, econômicos e sociais.

Nessa época, o mundo também passava por crises e revoluções. O Estado do Bem-Estar Social, que durante o período pós-guerra, foi capaz de garantir o crescimento econômico nos países desenvolvidos e responder às principais demandas sociais através da implementação de políticas públicas de caráter democrático, que asseguravam o consumo e regulavam as relações de produção, garantindo a produção social entrou em crise, dando lugar ao Estado mínimo, que se limita a função de regulação, ou seja, elaboração das leis e segurança interna e externa. O Estado reduziu suas funções de mercado e passou a dedicar-se ao mercado.

De acordo com o pensamento de Camargo (2002, p.21), a crise do Estado do bem-estar social é atribuída ao “acúmulo das funções do Estado protetor e Estado regulador o que gerou ônus no erário público, criando uma burocracia consolidada”.

Desta forma, o Estado viu-se incapacitado de exercer as suas funções de alocação de recursos, distributivas e de atender plenamente às demandas por serviços sociais. Serviços como educação, saúde, saneamento e habitação não atendiam mais a vastas parcelas da população,

que na maioria são as mais carentes. Este fenômeno é explicado pela crise fiscal que se instaurava nos Estados.

O modelo fordista, cuja produção em série favorecia a organização dos trabalhadores pela defesa dos direitos sociais, dava sinais de esgotamento. As organizações baseadas no modelo fordista, que impedia o atendimento dos novos padrões de consumo foram substituídas por organizações que buscavam a competitividade e produtividade, usando como instrumentos as novas tecnologias de informática e as novas tecnologias de gestão, fazendo com que as empresas reduzissem o número de empregados.

Destaca-se ainda a crise do desenvolvimento e a crise econômica, iniciada após os choques do petróleo na década de 70, que teve como conseqüências o aumento da pobreza, devido a redução da renda de grande parcela da população e das altas taxas de inflação. Estas crises aumentaram a necessidade de instituições que resolvessem as questões sociais, uma vez que o Estado não tinha mais condições de resolvê-las.

Associada a esta conjuntura, o modelo socialista soviético entrava em crise, reunindo os elementos básicos para a construção de um projeto conservador, baseado em ideais liberais, no qual o mercado, até então sujeito à regulamentação ou à quase tutela dos estados nacionais, ressurgisse e imperasse.

Este novo projeto tornou-se mais evidente a partir da década de 80; devido, sobretudo, à reestruturação das bases do processo produtivo e pela emergência de um novo padrão de acumulação do capital, pautado na integração dos mercados e em um processo crescente de concentração e financeirização resultante de uma nova divisão internacional do trabalho e na criação de segmentos marginais amplos do mercado de trabalho, do consumo e da produção.

Com o fim do socialismo na antiga URSS e no leste europeu, aliado às novas tecnologias de microeletrônica foi impulsionado um novo surto de universalização do capitalismo. Intensificou-se o processo de mundialização dos mercados, consolidação do processo de recriação da divisão do trabalho, criação de novos produtos, redistribuição das empresas, corporações e conglomerados por todo mundo. Estas transformações, segundo Ianni (1997 apud ALVES, 2002, p.4), enfraqueceu os Estados, inviabilizou os projetos nacionais e desfavoreceu o planejamento de estratégias.

O novo padrão de gestão e de distribuição da produção, associado ao grande desenvolvimento tecnológico verificado durante o século XX, promoveu mudanças profundas na utilização da força de trabalho, resultando em grande rebatimento na configuração da vida social.

Este acontecimento é explicado pelas exclusões geradas por este processo, assim como as alterações das bases que fundamentam a forma de existir socialmente da civilização moderna, na qual, o trabalho é o principal eixo estruturante.

O novo modelo que entrava em vigor colocava em xeque todo um modelo de sociedade em que o Estado se constituía em principal elemento promotor da integração e da reprodução social, uma vez que ele se via impossibilitado de responder às novas exigências geradas pelas transformações do capital e das relações de produção.

É nesse contexto, marcado pela impotência do Estado para atender às exigências sociais que surgiram, no âmbito da sociedade civil diferentes tipos de organizações que passaram a cumprir algumas funções tradicionalmente desempenhadas na esfera estatal, configurando o surgimento de um Terceiro Setor.

Desenvolvendo atividades em parceria com o Estado sem, no entanto, pretender substituí-lo, o Terceiro Setor vem ganhando força em todo mundo e também no Brasil, uma vez que o país apresenta limites impostos pela precariedade de seu desenvolvimento e das condições de vida da população.

Com o novo cenário que inaugurava nas economias nacionais, Bava (2000, p.50) define o papel do Terceiro Setor:

[...] o terceiro setor tem o papel de politizar as questões sociais e participar ativamente do redesenho do Estado e das políticas públicas. Nos dois casos, a força do terceiro setor reside na capacidade de mobilização dos cidadãos e da sociedade civil organizada, na força e legitimidade de suas instituições, na afirmação de uma sociedade solidária, em que possam estar articulados em aliança distintos atores sociais que se mobilizam conjuntamente em defesa do interesse público.

Ou seja, na lógica mercantil que predomina na sociedade moderna, o Terceiro Setor tem o papel de promover o alívio da pobreza e das seqüelas deixadas pelo processo de globalização. No Brasil, ele está em processo de fortalecimento e tem o papel de mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios, a exemplo do combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social.

4.3 CONTEXTUALIZANDO O TERCEIRO SETOR

No Brasil, assim como em toda parte do mundo, um Terceiro Setor, organizações não-governamentais e sem fins lucrativos, coexiste com o Estado (Primeiro Setor) e com o Mercado (Segundo Setor), mobilizando um volume crescente de recursos e energias para iniciativas de desenvolvimento social.

Apesar de existirem algumas semelhanças entre as organizações do Terceiro Setor com a dos demais setores da economia, elas possuem características específicas que devem ser ressaltadas e melhor estudadas a fim de preparar melhor os profissionais para atuarem nelas. Algumas das características consideradas mais marcantes e que influenciam nas demais, estão resumidas no quadro 1.

Característica	Governo	Mercado	Terceiro Setor
Mecanismo principal	Estruturas democráticas	Interações de mercado	Associações voluntárias
Tomada de decisão	Funcionários eleitos, administradores	Produtores individuais, consumidores, investidores	Líderes e membros
Guias para comportamento	Regulamentos	Preços	Acordos
Crítérios para tomada de decisão	Política	Eficiência	Interesses dos membros
Modo de operação	De cima para baixo	Individualista	De baixo para cima

Quadro 1

Diferenças entre as organizações dos três setores da economia

Fonte: MELO NETO; FROES, César (1998, p.14).

A multiplicação de iniciativas privadas com sentido público é um fenômeno recente, massivo e global, como foi visto anteriormente. O protagonismo dos cidadãos e de suas organizações rompe a dicotomia entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal, e privado, de empresarial. A expansão do Terceiro Setor dá origem a uma esfera pública não-estatal.

Wood J.R. (1999, p.68) define o Terceiro Setor como:

O espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associado e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos que sejam gerados nesse processo.

De acordo com Wood, o Terceiro Setor, diferente das demais entidades, substitui o individualismo pela ação coletiva, buscando formas emancipadas de relações econômicas onde o lucro não se constitui como objetivo principal, mas sim, o bem público.

Rodrigues (1998), por sua vez, entende o Terceiro Setor como a organização da sociedade civil em busca de soluções próprias para as necessidades e problemas fora da lógica do Estado e do mercado. Segundo ela, tal denominação foi recebida por o setor englobar atividades que não estão dentro da órbita de atividades governamentais e muito menos se identificam com as atividades privadas, sejam elas do setor agrícola, industrial ou de serviços.

Para dar clareza e precisão a sua definição, Rodrigues (1998, p.25) cita os pré-requisitos necessários para que as organizações sejam caracterizadas como do Terceiro Setor: “ser organizada (ter algum grau de institucionalização); ser privada; não fazer distribuição de lucros; ser autogovernável e ter algum grau de participação voluntária”.

Fernandes (2000, p.27), por sua vez, assim define o Terceiro Setor:

Composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e das múltiplas manifestações da sociedade civil.

A partir da definição conceitual de Fernandes (2000), citada acima, pode-se observar que existe uma diferença entre Terceiro Setor e ONG. As ONGs constituem-se num dos atores do terceiro setor mais importantes, pois exerce papel executor de políticas sociais, articulado e complementar à ação do Estado.

Segundo a avaliação do Banco Mundial (1997 apud BAVA 2000), as ONGs, instituições sem fins lucrativos, estão mais enraizadas na sociedade e chegam a ser mais eficientes e mais baratas que o Estado, não desperdiçando recursos com a burocracia, não são corruptas e apresentam resultados mais significativos que a ação do Estado.

O Terceiro Setor ocupa-se tanto de questões globais como a preservação do meio ambiente, a denúncia de injustiças nos mais diferentes países, o acompanhamento das decisões de grandes transnacionais, assim como de problemas por natureza locais, como resumiu Fernandes (2000, p.11):

Iniciativas privadas que não visam ao lucro, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. Nem empresa nem governo, mas sim cidadãos participando, de modo espontâneo e voluntário, em um sem-número de ações que visam ao interesse comum.

A definição apresentada acima confirma o propósito central do Terceiro Setor, qual seja: substituir o individualismo e as injustiças sociais presentes no mundo contemporâneo pela ação coletiva.

Dentre as organizações sem fins lucrativos, Cardoso (2000, p.8) cita:

- a) as ONGs, criadas na década de 80 e que articulou recursos e experiências na base da sociedade e ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadão;
- b) as instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social;
- c) as organizações voltadas para a defesa de direitos específicos da população, a exemplo das mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer;

- d) as múltiplas experiências de trabalho voluntário, pelas quais os cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais; e
- e) a filantropia empresarial, pelo qual as empresas concretizam sua responsabilidade e compromisso com a melhoria da comunidade.

Assim, o conceito de Terceiro Setor é abrangente e difuso, procurando agrupar uma variedade de instituições da sociedade civil, que se constitui com objetivos e estratégias distintas e lhe atribui um propósito comum.

É importante salientar que a grande maioria das organizações que compõe o Terceiro Setor existe para prover a população de serviços básicos, a exemplo de serviços de saúde, educação, dentro outros. Outras, por sua vez, estão voltadas para a promoção da cidadania e para a luta por determinados direitos, a exemplo das fundações, instituições e organizações sem fins lucrativos voltadas para a ação na comunidade.

O quadro a seguir resume os elementos definidores do Terceiro Setor.

ELEMENTOS DEFINIDORES	DESCRIÇÃO
Foco	Bem-estar público Interesse comum
Questões centrais	Pobreza, desigualdade e exclusão social
Entidades participantes	Empresas privadas, Estado, ONGs e sociedade civil
Nível de atuação	Comunitário e de base
Tipos de ações	Ações de caráter público e privado, associativas e voluntárias

Quadro 2

Elementos definidores do Terceiro Setor

Fonte: MELO NETO; FROES, César (1998, p.8).

Diante do que foi exposto, pode-se dizer que o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins-lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e expandindo os seus sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do

conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil a partir da década de 90 do século passado.

4.4 PAPEL E FUNÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Frente à redução do papel do Estado nas políticas sociais e à importância que vem assumindo na sociedade como amenizador das seqüelas deixadas pela globalização, a exemplo da pobreza e da exclusão social, Camargo (2002, p.15) destaca como papéis do Terceiro Setor:

1. atuar como agente transformador social que, com sua missão ímpar de prestar um benefício coletivo, constrói uma nova consciência caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais paradoxais à grandeza e à diversidade imensa de recursos naturais que detém o Brasil;
2. combater o paternalismo do Estado e o individualismo social, integrando a sociedade civil com suas próprias problemáticas e soluções.

Desta forma, conclui-se que o Terceiro Setor não tem o papel, apenas, de promover o assistencialismo e suprir as carências da sociedade. Seu papel principal é capacitar o indivíduo de recursos que o tornem ativo perante as desigualdades geradas no atual mundo globalizado.

As funções do Terceiro Setor, por sua vez, referem-se à sua ação voluntária. Dentre elas, Camargo (2000, p.116) destaca seis, a saber: (1) iniciar novas idéias e processos; (2) influenciar políticas públicas; (3) apoiar minorias ou interesses locais; (4) promover parcerias; (5) ajudar outros países; e (6) promover a cidadania participativa e o altruísmo.

As funções do Terceiro Setor visam fortalecer as organizações não-governamentais e enquadrá-las ao mundo competitivo, pois, apesar, de não visarem à lucratividade, estas organizações convivem num ambiente competitivo e tem o desafio de prestar serviços nas mais diversas áreas com qualidade e eficiência.

4.5 DESAFIOS DO TERCEIRO SETOR

As mudanças que se processaram no mundo durante o final do século XX, levou o Estado a uma crise de legitimidade, inviabilizando as funções do governo como provedor do bem-estar social, oferecendo ao terceiro setor maior autonomia para lidar com a coisa pública.

No plano municipal, em especial, a desregulação da esfera pública se concretiza através da privatização de serviços urbanos considerados historicamente como de responsabilidade do Estado. Por outro lado este mesmo projeto propõe a descentralização político-administrativa sem uma contrapartida financeira, ficando o município com o ônus das demandas sociais sem os recursos necessários para assumi-las, conforme salientam Bittar e Coelho (1994). Os municípios se vêm assim diante de um grande desafio que seria se adaptarem a este novo papel, criando as condições necessárias de sobrevivência.

Nesse contexto é que surgem as instituições sem fins lucrativos, que, segundo Drucker (1994, p.40) “não fornecem bens ou serviços, mas o ser humano mudado”. Essas organizações envolvem pessoas comprometidas com o bem coletivo, onde a iniciativa individual não privilegia interesses individuais, mas o coletivo.

Essa nova realidade que está sendo construída estabelece uma nova relação entre Estado e Sociedade, entre público e privado. Se no período do Estado do Bem-Estar Social, o Estado era o promotor exclusivo das políticas sociais, esta realidade começou a mudar em função das demandas e pressões advindas das pessoas e grupos organizados, até mesmo dos organismos governamentais que buscam novas formas de gestão, novas maneiras de atender as necessidades sociais.

Este reconhecimento por parte do poder público da competência dos agentes da sociedade civil, segundo Camargo (2000), aponta para a descentralização da responsabilidade social numa nação caracterizada pela complexidade de culturas, extensão territorial e variedade de necessidades sociais, como é o Brasil.

A razão da existência do Terceiro Setor está no fato de ele ser um setor da sociedade que possui um dinamismo e um conhecimento das necessidades específicas de uma comunidade, nível este inatingível pelo Estado centralizador e burocrático. (CAMARGO, 2000).

Assim, estas entidades, como observa Fernandes (2000), exibem valores como confiabilidade, gestão eficiente, capacidade de atrair tanto a sociedade civil quanto as empresas privadas solidárias. A união destes fatores com a autonomia das entidades; garante o crescimento contínuo do Terceiro Setor no país.

Este setor, também, constitui-se numa alternativa de geração de empregos e de capacitação de profissionais, uma vez que oferece ao Estado uma participação complementar às suas funções. (CARDOSO, 2000).

Com o terceiro setor criou-se um novo conceito de trabalho, centrado nos objetivos filantrópicos formais ou informais, na defesa da cidadania e no amparo aos necessitados, assim como criou desafios para a administração no momento que fez com que surgisse a necessidade de formar novos líderes e profissionais para entidades sem fins-lucrativos, aptos a lidar com a complexidade do ambiente e com a dinâmica instável de programas sociais, substituindo o modelo de apreciação da realidade do gerente tradicional, implicando numa mudança radical de mentalidade.

Face a essas considerações é importante analisar a experiência da Fundação Cidade Mãe ocorrida em Salvador, cidade que como a maioria das capitais brasileiras tem sofrido os impactos da crise acima referida e que abriga uma vasta camada de sua população vivendo em condições precárias, quer do ponto de vista econômico, quer social, longe dos parâmetros adequados de uma cidadania plena. Esta experiência parte do governo municipal e tem por objetivo ampliar a cidadania em Salvador.

5 A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE E SUA FUNÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL

Com o esgotamento do Estado de Bem Estar Social em meados da década de 70, surgiu a idéia de descentralização como forma de reestruturar o aparato estatal com o objetivo de aumentar a eficácia das ações das políticas sociais

De acordo com Habermas (1987), a descentralização, considerada como parte do encaminhamento da solução dos problemas sociais, supõe que a transferência de poder venha no âmbito de uma transformação político-administrativa que vise a facilitar o acesso da população aos centros de poder e, conseqüentemente, que vise a atender à demanda social, uma vez que as organizações descentralizadas podem mais facilmente articular os interesses dos excluídos, garantindo igualdade de acesso, ao mesmo tempo em que viabiliza a articulação e implementação de políticas de desenvolvimento de modo a aumentar a equidade.

No Brasil, a Constituição Federal de passou a prever a participação da sociedade civil na promoção de políticas sociais, abrindo novos espaços de atuação para as organizações, na forma de conselhos de políticas sociais, emendas populares entre outros, caracterizando a descentralização.

Ao mesmo tempo que as políticas macroeconômicas introduzidas a partir de 1990 aprofundaram antigos problemas sociais e reduziram o gasto social, nos níveis estadual e municipal, intensificou-se o interesse destas instâncias por parcerias com as organizações do Terceiro Setor.

Mais recentemente, no bojo da reforma do Estado, o Terceiro Setor passou a ser identificado como potencial parceiro para atuar em áreas consideradas como não exclusivas do Estado e a legislação brasileira adotou novas formas de contar com a participação destas entidades na implementação de políticas de caráter público.

Neste contexto, várias experiências estão em curso, principalmente em instâncias municipais, de parceria e co-responsabilização em programas sociais, como é o exemplo da Fundação Cidade Mãe na cidade de Salvador.

5.1 A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE: ORIGEM, HISTÓRIA E ESTRUTURA

A Prefeitura Municipal de Salvador, em 1993, na gestão de Lídice da Mata (1993-1996), preocupada com as condições e a degradação dos jovens, oriundos de um processo de exclusão no qual representavam peças centrais, decidiu priorizar a criação de um programa assistencial que representasse uma resposta do poder público à situação de risco pessoal e social na qual estes jovens se encontravam, e que ao mesmo tempo pudesse alcançar crianças e jovens moradores de bairros pobres de Salvador, que estavam na iminência de serem levados às ruas em decorrência da miséria, do desemprego e de outras adversidades, que dilaceram às famílias e lhes impõem a necessidade de inserção ocupacional dos filhos como estratégia de geração de renda.

Sendo assim, foi lançado o Programa Cidade Mãe, voltado para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, que sobrevivem de atividades de rua, assim como para crianças e adolescentes que não contam em suas comunidades com equipamentos e serviços sociais.

O Programa tem por objetivo “construir com essas crianças e adolescentes a sua cidadania plena”, sendo estas vistas como pessoas em desenvolvimento (FUNDAÇÃO CIDADE MÃE, 2002).

O Programa baseia-se num “trabalho sócio-educativo emancipador” adotando a metodologia da “Educação para a Cidadania, que se opõe ao assistencialismo comum em que a criança e o adolescente era considerados pelo que não tinham, pelos que não eram capazes de fazerem” (FUNDAÇÃO CIDADE MÃE, 1996).

Sob esta perspectiva, a proposta inicial do Programa deu prioridade à implementação de um núcleo central, que abriga a coordenação geral e onde se concentra o planejamento, a supervisão, o controle e a avaliação das suas ações, de Casas de Acolhimento localizadas estrategicamente para o pernoite de crianças e jovens que vivem nas ruas sem referências familiares e das Empresas Educativas, para assistir aos moradores de bairros pobres de Salvador.

Foi montada toda uma estrutura para funcionamento da Fundação assentada em quatro Empresas Educativas e duas Casas de Acolhimento noturno.

As Empresas Educativas adotam uma “metodologia participativa, onde educador, educando, famílias e comunidade são parte de um mesmo processo, atuando em permanente interação” (FUNDAÇÃO CIDADE MÃE, 1996).

O objetivo é que cada criança, adolescente e família seja sujeito de mudança pessoal e coletiva, contribuindo para “construção de uma sociedade livre e autônoma” (FUNDAÇÃO CIDADE MÃE, 1996). O eixo central dessa experiência reside no estímulo para “resgate/construção da cidadania” dos participantes do projeto.

A concretização do programa iniciou-se em março de 1994, com a Empresa Educativa de Saramandaia, seguida pela implementação, no mesmo ano, da Empresa Educativa de Pau da Lima. Em 1995, foram inauguradas as Casas de Acolhimento D’ Timóteo Amoroso Anastácio, destinada a prestar atendimento noturno a meninos em situação de rua, a Empresa Educativa do Bairro da Paz, em parceria com a Fundação D. Avelar Brandão Vilela, e a Empresa de Coutos. Em 1996 começaram a funcionar a Casa de Oxum e a Empresa Educativa de Roma.

Concebido inicialmente como um Programa, em 1995, a Cidade Mãe transformou-se em Fundação. Proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Salvador através da Lei 5045. Sua característica de inovação e os resultados apresentados que se seguiram ao início do seu funcionamento implicaram uma imediata visibilidade, tornando-se assim modelo de assistência a crianças e jovens, de referência nacional e internacional.

Nos seus primeiros anos de funcionamento o então Programa Cidade Mãe enfatizou as parcerias com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Centro Projeto Axé, o Liceu de Artes e Ofícios, a UFBA, os Conselhos Tutelares dentre outros.

Hoje as atividades da Fundação Cidade Mãe persistem concentradas principalmente nas Empresas Educativas de Saramandaia, Pau da Lima, Coutos, Roma e Bairro da Paz que

concentra nas proximidades, uma parcela expressiva da população de mais baixa renda em Salvador.

Salienta-se que nas Empresas Educativas, localizadas em bairros populosos de baixa renda, os participantes são direcionados para a aprendizagem de uma profissão, de modo a instrumentalizá-los para inserção no mercado de trabalho (costura industrial, reparador predial, reparador eletrodoméstico, eletricidade predial, artesanato, cerâmica, horta e jardinagem, pintura em tecido, artes plásticas), além de uma série de atividades voltadas para educação, para saúde, esporte, lazer, cultura e apoio psicológico.

Além destas atividades, desenvolvem-se oficinas de cultura e atividades de esportes e lazer, para o “desenvolvimento e manifestação do imaginário subjetivo” atuando no sentido da “formação da personalidade a partir da identificação e integração cultural” (FUNDAÇÃO CIDADE MÃE, 2002).

Além das Empresas Educativas, a Fundação se assenta também nas Casas de Acolhimento destinadas ao pernoite de crianças que se encontram em “situação de risco nas ruas da cidade, expostos à violência, aos efeitos da marginalidade, à prostituição e outros perigos”. Nestas são oferecidas alimentação e atividades lúdico-pedagógicas voltadas para socialização e readaptação em espaços fechados e acompanhamento psicológico.

Enquanto as Empresas Educativas priorizam o atendimento a adolescentes (14 a 18 anos), as Casas de Acolhimento voltam-se para crianças (7 a 14 anos) visando a construção de um projeto de vida. Na Casa destinada a meninas, são trabalhadas questões ligadas a identidade feminina, sexualidade e auto-estima e discutidas questões como gravidez precoce, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS (FUNDAÇÃO CIDADE MÃE, 2002).

Nas atividades desenvolvidas pela Fundação também consta o apoio familiar as famílias dos participantes das Empresas Educativas. Desde o momento da inscrição do adolescente no Programa, a participação da família é obrigatória, desdobrando-se em reuniões quinzenais, visto que “Trabalhar com criança e adolescente sem trabalhar com a família não adianta nada” (QUADROS, 1997).

Isto levou a Fundação a discutir os temas propostos para os adolescentes também com suas famílias, embora haja consciência da dificuldade de participação das famílias, devido a situação econômica.

As Casas de Acolhimento trabalham em simultaneidade com o Projeto Axé, também voltado para o atendimento a crianças que estão nas ruas. Enquanto o Projeto Axé atende as crianças durante o dia, a Prefeitura implantou as Casas de Acolhimento para abrigar as crianças durante a noite, havendo a preocupação de não superpor atividades (QUADROS, 1997).

As Casas de Acolhimento são espaços de permanência provisória que acolhem, durante a noite, crianças e adolescentes em situação de rua, encaminhados pelos Conselhos Tutelares. Estes jovens encontram-se em situação de vulnerabilidade, decorrente da pobreza e exclusão social a que estão submetidas suas famílias.

Realizando este trabalho, existe a Casa de Acolhimento D. Timóteo Amoroso Anastácio com capacidade para 30 meninos por noite e a Casa D. Oxum onde podem ser atendidas 24 meninas por noite. Elas oferecem um local para dormir, realização de higiene pessoal, alimentação, espaço de escuta e reflexão em atividades lúdico-pedagógicas, visando a construção de novas perspectivas de vida. Sendo assim, representa um espaço de construção e desenvolvimento da cidadania.

Devido às novas exigências que foram surgindo, o trabalho desenvolvido nas Casas de Acolhimento, teve que ser redirecionado, visto que foram concebidos para prestar atendimento noturno e provisório. Sendo assim, em 2001 reuniões e discussões com organizações que atuam na área levaram à concepção do Projeto Cidadania Solidária, desenvolvido em parceria com o UNICEF e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O Espaço Cidadania Solidária se constitui como um programa da Fundação com capacidade para atender 80 crianças em situação de rua por dia. No espaço são oferecidas Oficinas de Artes Plásticas, Capoeira e Esportes, preparação para ingresso ou retorno à escola, alimentação e orientação às famílias.

Unidades	Diurno			Noturno			Total
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	
Casa de Oxum	0	0	0	2035	1135	1241	1241
Casa D. Timóteo	0	0	0	5090	3868	3214	3214
Espaço Cidadania Solidária	4579	2830	2268	0	0	0	2268
Total	4579	2830	2268	7125	5003	4455	6723

Quadro 3

Atendimento nas Casas de Acolhimento e Projeto Cidadania Solidária

Fonte: Relatórios Anuais da FCM de 2002 à 2004.

Pode-se perceber que embora as Casas de Acolhimento e o Projeto Cidadania Solidária prestem apenas uma assistência imediata, os números apresentados e os resultados obtidos sinalizam um novo começo para os jovens que procuram estes “primeiros socorros” e que buscam uma saída para a situação de completo abandono e exclusão que convivem dia-a-dia.

Nota-se, diante do exposto que a Fundação Cidade Mãe localiza-se e age, sobretudo, em bairros formados por população carente em uma cidade onde a regra mais geral é a pobreza, a exclusão. Os objetivos propostos pela entidade volta-se para áreas onde as deficiências em Salvador são mais agudas, onde a cidadania está menos presente.

Nestes locais a ausência de oportunidade para o futuro dos jovens inseridos na comunidade se mostra concreta ou potencialmente de forma mais ampla, manifestando-se nas carências econômicas (desemprego, subemprego), social (várias formas), na violência em suas variadas formas, entre outras.

O que se observa é que a proposta Fundação Cidade Mãe objetiva atuar em áreas normalmente abandonadas em projetos desta natureza. Trabalha principalmente, a educação com o intuito de mudança, de educação política. Mais que isso, a experiência procurar expor temas estruturais desta sociedade e transmiti-los a seus membros, transmitindo não apenas o conhecimento da realidade, mas também a formação de consciência da situação.

5.2 A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE E SEU PAPEL NA PREVENÇÃO À VULNERABILIDADE: EMPRESAS EDUCATIVA E UNIDADES EM PARCERIA

As Empresas Educativas estão localizadas em Saramandaia, Pau da Lima, Coutos e Roma e caracterizam-se como um espaço de convivência, onde educando, educador, família e comunidade interagem, em conformidade, visando a formação de uma consciência cidadã.

Nesses espaços, são oferecidos as crianças e adolescentes atividades lúdico-pedagógicas, de iniciação e de qualificação profissional tendo em vista a sua formação e inserção no mercado de trabalho.

Em síntese, existem oficinas lúdico-pedagógicas que compreendem atividades de cultura, esporte e lazer que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da criatividade, autonomia, integração cultural e capacidade de cooperação em atividades artísticas e esportivas.

Os cursos de profissionalização são destinados a adolescentes de 14 a 18 anos incompletos, devem encontrar-se em uma situação de risco, dentro ou fora da escola, pertencer a uma família com renda mensal de até um e meio salário mínimo e residir na área de abrangência da Empresa.

A depender do curso, exige-se diferentes níveis de escolaridade, e como a demanda é normalmente superior a oferta, negociou-se com as comunidades, que em cada família apenas um dos filhos seria beneficiado com essa profissionalização.

Estes cursos têm por objetivo instrumentalizar os jovens para que venham se tornar profissionais capazes de se inserir no competitivo mercado de trabalho. Com este entendimento, a área de profissionalização vem sendo objeto de uma reestruturação, que inclui a certificação de competências, modularização dos cursos e incorporação de novas metodologias de ensino.

As atividades desenvolvidas com os jovens supõem uma carga horária de três horas diárias, com o funcionamento de uma turma pela manhã e outra pela tarde. Os educandos deveriam permanecer vinculados às unidades por um período mínimo de seis meses, participando não apenas dos cursos profissionalizantes, mas paralelamente das atividades esportivas, lúdicas ou

culturais, uma vez que a proposta de formação para a cidadania perpassa todas estas atividades.

A formação desenvolvida pelas Oficinas Profissionalizantes varia de uma Empresa a outra, havendo uma rotatividade nos cursos ofertados, pela preocupação de não saturar o mercado de cada comunidade.

Nos primeiros anos os cursos que se mantiveram foram: Costura Industrial, Reparador Predial, Reparador de Eletrodomésticos, Eletricidade Predial e Informática. Posteriormente foram incluídos cursos como os de: Cerâmica, Manicure, Cabeleireiro, Mecânica de Auto, Serigrafia e Iniciação ao Vídeo, entre outros.

O quadro 4 abaixo mostra a quantidade de cursos profissionalizantes oferecidos pelas Empresas Educativas da Fundação Cidade Mãe no período de 2002 a 2004 nas unidades de Roma, Saramandaia, Pau da Lima e Coutos.

Oficinas	Roma			Saramandaia			Pau da Lima			Coutos			Total
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	
Corte e Costura	34	31	19		29	30				33			176
Costura Industrial	36	31	30						30	39	30	35	231
Eletricidade Predial	36	47	39				39	40	34	34	42	39	350
Fotografia	53	54	36										143
Garçom	35	31	42										108
Info. Avançada				27	31	41							99
Informática	93	100	68	73	88	75	90	94	80	79	95	78	1013
Manicure e Cabeleireiro				31	35	26	40	41	38				211
Paisagismo	16	13					38	38	40	38	45	36	264
Reparador Predial	20			16	27	21							84
Serigrafia													0
Vídeo	31	31	18										80
Preparo Alimentos													0
Total Profissionalizantes	354	338	252	147	210	193	207	213	222	223	212	188	2759

Quadro 4

Quantidade de Matriculados por Unidade nos cursos profissionalizantes no período 2002 à 2004

Fonte: Relatórios Anuais da FCM de 2002 à 2004.

O quadro 5, a seguir, mostra a quantidade de cursos lúdico-pedagógicos oferecidos pelas Empresas Educativas da Fundação Cidade Mãe no período de 2002 a 2004 nas unidades de Roma, Saramandaia, Pau da Lima e Coutos.

Oficinas	Roma			Saramandaia			Pau da Lima			Coutos			Total
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	
Artes Plásticas	180	208	161	100	88	142				177	204	210	1470
Canto Coral	138						94			145	204	224	805
Capoeira	267	188	192	198	180	170	180	198	262	258	294	273	2660
Cerâmica			103										103
Dança	148	132	129	181	92	166	122	128	221	196	182	195	1892
Esportes	120									172	234	193	719
Música / Coral						48	144	154	253				599
Pintura Decorativa	150	88	109										347
Teatro	136	104	125	98	102	151							716
Total Lúdico-Pedagógico	1139	720	819	577	462	677	540	480	736	948	1118	1095	1095

Quadro 5

Quantidade de Matriculados por Unidade nos cursos lúdico-pedagógico período de 2002 à 2004

Fonte: Relatórios Anuais da FCM de 2002 à 2004.

Através dos quadros 4 e 5 foi possível perceber que nos últimos três anos, o número de matriculados tanto nos cursos profissionalizantes como nas atividades lúdico-pedagógicas, vem oscilando bastante em alguns cursos a depender não só da procura pelos alunos, mas também pela rotatividade de cursos que deve existir nos bairros em questão, evitando saturar o mercado, com o mesmo curso principalmente nas proximidades.

Após a conclusão dos diversos cursos as Empresas procuravam encaminhar os jovens para estágios curriculares, objetivando tanto que eles pudessem exercitar os conhecimentos adquiridos nas oficinas profissionalizantes como facilitar a sua inserção no mercado de trabalho. Os esforços nesse sentido tiveram resultados bastante restritos, conforme pode ser constatado pelos dados apresentados no quadro 6 abaixo, obtidos de um relatório de pesquisa realizado pela Fundação Cidade Mãe com alguns egressos.

Unidade	Sim	Não	Não Respondeu	Total por Unidade	Percentual por Unidade
Saramandaia	24	96	0	120	20,0
Pau da Lima	27	72	0	99	27,3
Coutos	57	153	9	219	26,0
Roma	33	153	6	192	17,2
Bairro da Paz	39	69	0	108	36,1
TOTAL	180	543	15	738	-

Quadro 6
Quantidade de Jovens que Trabalham por Unidade da Fundação Cidade Mãe

Fonte: Relatórios Anuais da FCM de 2002 à 2004.

Pode-se constatar que a maioria dos jovens egressos permanecia desempregada ou exercendo atividades precárias e mal remuneradas no denominado mercado informal.

Uma outra ramificação da Fundação Cidade Mãe, são as Unidades em Parceria que atuam segundo o mesmo modelo das Empresas Educativas e vem respondendo às limitações da ação estatal, à crescente demanda pelos serviços oferecidos a crianças e adolescentes, além de superar a limitação de recursos financeiros existentes no poder público municipal para investir na implantação de novas unidades.

A Fundação Cidade Mãe em parceria com a Fundação Dom Avelar mantém as unidades do Bairro da Paz, além de parcerias com a Associação Atlética do Banco do Brasil, em Patamares e com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim na Calçada. Vide tabela abaixo com o número de matriculados e os cursos ministrados por estas unidades:

Oficinas	Bairro da Paz			Cristo é Vida			AABB			Órfãos de São Joaquim			Total
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	
Costura Industrial	29	29	24										82
Eletricidade Predial	30	24	11										65
Garçom	31	25	16										72
Informática	71	75	54	69	55	32							356
Manicure e Cabeleireiro			31	37	30	22							120
Serigrafia	36	31	21	32	38	25							183
Preparo Alimentos	32	27	31										90
Subtotal Profissionalizantes	229	211	188	138	123	111	0	0	0	0	0	0	1000
Artes Plásticas	182	178	150	159	136	126	79	80	67	180	112	288	1737
Capoeira	249	198	202	142	150	123	75	72	78	118			1407
Dança	183	162	179										524
Esportes							173	160	142				475
Música / Coral							87	58	73				218
Teatro	169	148	176	133	122		67	58	67	118	159	144	1361
Subtotal Lúdico-Pedagógico	783	686	707	434	408	249	481	428	427	416	271	432	5722
TOTAL GERAL	1012	897	895	572	531	360	481	428	427	416	271	432	6722

Quadro 7

Quantidade de Matriculados nas Unidades do Bairro da Paz, Cristo Vida, AABB e Órfãos de São Joaquim no período de 2002 à 2004

Fonte: Relatórios Anuais da FCM de 2002 à 2004.

É possível notar através do quadro 7 que, algumas Unidades em Parceria não possuem cursos profissionalizantes, restringindo-se apenas às atividades lúdico-pedagógicas. E embora o trabalho desenvolvido abranja um universo menor, os resultados obtidos não passam despercebidos principalmente por atingir um número de crianças carentes expressivo, que vivem em comunidades pobres, funcionando como um meio de inclusão social, suprimindo as deficiências deixadas pelo Estado de Bem-Estar social.

O número de jovens atendidos anualmente pela Fundação Cidade Mãe, e pelas organizações parceiras, em cada um dos seus projetos de atuação está descrito minuciosamente no quadro 8, a seguir.

ANO	Empresa Educativa	Unidade Parceria	Subtotal	Atendimento Noturno	Cidadania Solidária	Subtotal	Total Geral
2002	4203	2481	6684	7125	4579	11704	18388
2003	3797	2127	5924	5003	2830	7833	13757
2004	4182	2083	6265	4455	2268	6723	12988
Total Geral	12182	6691	18873	16583	9677	26260	45133

Quadro 8

Resumo Conclusivo dos serviços prestados pela Fundação Cidade Mãe no período de 2002 a 2004

Fonte: Relatórios Anuais da FCM de 2002 à 2004.

É notória a relevância do trabalho que a Fundação Cidade Mãe vem realizando com os jovens que são atendidos por qualquer um dos projetos desenvolvidos por ela. As constatações observadas neste capítulo apontam a necessidade de se refletir sobre algumas questões estratégicas para a Fundação, que cumpre papel importante na inclusão social de pessoas carentes.

6 CONCLUSÃO

As entidades do Terceiro Setor apresentam papéis políticos, econômicos e sociais. Nos últimos anos elas vêm adquirindo importância na provisão de serviços sociais para a população, visto que o Estado não tem mais capacidade de resolver as questões sociais inerentes ao país.

Estas entidades fazem inúmeras e significativas contribuições para a sociedade, tanto em âmbito regional quanto internacional. Elas prestam serviços inestimáveis a pessoas e grupos em áreas como educação, saúde, serviço social, artes, humanidades, entre outros.

Apóiam instituições por meio da realização de pesquisas médicas, iniciativas políticas públicas e problemas relacionados a questões ambientais e programas relativos a questões internacionais.

As entidades do Terceiro Setor oferecem aos mais necessitados a oportunidade de ajuda. Elas destinam recursos financeiros e trabalho para atender as necessidades da comunidade e para melhorar a qualidade de vida de todos.

Com o fim do Estado do Bem-Estar Social e a ascensão do neoliberalismo, aumentaram os problemas sociais e a exclusão social das camadas mais pobres da população. Diante da impossibilidade do Estado de suprir as necessidades sociais da população, optou-se pela descentralização, que representa um processo de mudança do aparato estatal que tem determinado novas articulações entre Estado e Sociedade.

Através da descentralização há a transferência do poder central para instâncias periféricas ou para organizações públicas privadas, que, por sua vez, possibilita que a gestão das políticas sociais seja partilhada por outras organizações que assumem o compromisso com o objetivo de garantir à população seus direitos sociais.

Esse processo vem assumindo características singulares em cada política e neste contexto as organizações sem fins lucrativos surgem como alternativa para eficácia da gestão pública.

A descentralização constitui uma saída para que o Estado garanta aos cidadãos o respeito aos seus direitos. Nessa perspectiva, as organizações sociais sem substituir o Estado, mas em

parceria com ele, como organismos da sociedade civil, recebem de volta competências que as integram no processo de reconstrução da Sociedade, como é o caso da Fundação Cidade Mãe, organização social sem fins lucrativos que atua na cidade de Salvador em parceria com a Prefeitura Municipal e que contribui, principalmente, para a inclusão social de jovens de baixa renda da cidade, oferecendo-lhes cursos profissionalizantes.

A proposta dessa parceria é de tornar mais ágil a gestão das políticas sociais, pois até então era apenas o Estado que realizava essa tarefa. Foi possível notar, através deste trabalho monográfico que o Estado encontrou na descentralização um meio de partilhar suas competências com parceiros privados que possuem maior agilidade no atendimento dos interesses coletivos, das demandas sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bianca. **Atenção para o Terceiro Setor: a necessidade de se formar administradores com conhecimento sobre o Terceiro Setor**. Disponível em: < [http:// www. anegrad.com/anagerad/polfs/xi_inanagerad/atencao_para.pdf](http://www.anagerad.com/anagerad/polfs/xi_inanagerad/atencao_para.pdf) >. Acesso em: 12 out. 2005.

BAVA, Silvio Caccia. O terceiro setor e os desafios no Estado de São Paulo para o século XXI. **ONGs, identidades e desafios atuais – Cadernos ABONG**. São Paulo: Autores Associados, n.1, p.41-86, maio de 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Livraria UNIJUÍ Editora, 21ª edição, 2000.

CAMARGO, Mariângela Franco de; SUZUKI, Fabiana Mayumi; UEDA, Mery; SAKIMA, Ricardo Yuzo; GHOBRIEL, Alexandre Nabil. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: RÖHRIG, Christine (coord.). **Terceiro Setor – Desenvolvimento social sustentado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Gife e Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em redes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas? – Neoliberalismo e Ordem Global**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

DRUCKER, Peter. **As Novas Realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo**. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, p. 103-114, 1987.

FERNANDES, Rubem César. O que é o Terceiro Setor? In: RÖHRIG, Christine (coord.). **Terceiro Setor – Desenvolvimento social sustentado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gife e Paz e Terra, 2000.

FUNDAÇÃO CIDADE MÃE. **Relatório**. Salvador. Prefeitura de Salvador. 2004.

_____. **Relatório**. Salvador: Prefeitura de Salvador; 2003.

_____. **Relatório**. Salvador: Prefeitura de Salvador; 2002.

_____. **Relatório**. Salvador: Prefeitura de Salvador; 2001.

_____. **Uma Experiência de Cidadania**. Salvador: Prefeitura de Salvador, 2002. mimeo.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO, Júnior Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitymarky, 1999.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

QUADROS, Teresinha. Mudança na economia mundial e impacto nas ONGs. **Bahia Análise e Dados: ONGs**. Salvador: SEI, v.7, n.4, p.16-25, mar.98.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 32, v. 5, p. 25-67, set-out. 1998.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 6 ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

WOOD J.R., Thomas. ABC da terceira via. **Carta Capital**. Rio de Janeiro: p. 68, maio de 1999.

